ISSN: 2358-8829

ANCESTRALIDADE E RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO "EU, VOCÊ, NOSSA ANCESTRALIDADE"

Géssica de Sousa Macedo[1]
Natalia Hermogens Nascimento de Souza[2]
Karina Karla Rodrigues Miguel Nunes[3]

RESUMO

O presente estudo discute a valorização da ancestralidade e da identidade étnico-racial no contexto escolar. Foi desenvolvido com o objetivo de analisar as atividades realizadas no projeto "Eu, você, nossa ancestralidade", evidenciando como essas práticas pedagógicas contribuem para a valorização da ancestralidade e da identidade étnico-racial dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da análise de vivências no referido projeto. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a observação das atividades pedagógicas e a análise das produções dos estudantes, articuladas à revisão bibliográfica sobre identidade étnico-racial e educação das relações étnico-raciais. As atividades analisadas envolveram a elaboração de gráficos, para identificação étnico-racial dos estudantes, e a construção de maquetes, representando quilombos antigos e atuais. Os dados foram interpretados por meio de análise qualitativa, buscando compreender as contribuições dessas práticas para a valorização da ancestralidade e da identidade dos estudantes. Nessa perspectiva, identificou-se a quantidade de estudantes negros, pardos e brancos na turma, promovendo reflexões acerca da identificação e valorização étnico-racial. A construção dos gráficos favoreceu o reconhecimento da própria identidade pelos estudantes. Além disso, a elaboração das maquetes possibilitou a compreensão histórica e cultural dos quilombos, rompendo com a perspectiva de fuga historicamente associada a essas comunidades. Tais resultados permitem concluir que práticas pedagógicas que articulam investigação, reflexão e produção material, evidenciando o protagonismo e a autonomia dos estudantes, contribuem significativamente para a valorização da história e da cultura afro-brasileira no contexto escolar.

Palavras-chave: Ancestralidade; Identidade; Relações étnico-raciais; Quilombos; Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a valorização da ancestralidade e da construção da identidade étnico-racial no ambiente escolar constitui elemento estruturante para o combate ao

[1] Mestre em Educação pelo Programa de Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco - PE Campus Petrolina, gessica.macedo2018@gmail.com .
[2] Graduada pelo Curso de Pedagogia pela Universidade de Pernambuco, natalia.hermogens@upe.br
[3]Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – FAVENI - SP karinakarlanunes@hotmail.com;

racismo e para a efetivação de uma educação verdadeiramente emancipatória e antirracista.

No contexto educacional brasileiro, a Lei nº 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, constituindo importante marco para a educação das relações étnico-raciais (Brasil, 2003). Esse movimento foi fortalecido pela Resolução CNE/CP nº 1/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, e pela Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que estabeleceu diretrizes específicas para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2004; Brasil, 2012).

No entanto, embora existam marcos legais que orientem a educação para as relações étnico-raciais, sua efetivação no cotidiano escolar ainda se mostra, em muitos contextos, limitada e superficial. Cavalleiro (2018) reforça que a escola, enquanto espaço de socialização e construção de identidades, pode também reproduzir e potencializar práticas e relações racistas, evidenciando a necessidade de que a temática étnico-racial seja trabalhada de forma contínua, crítica e integrada ao currículo, valorizando a história, a cultura e as experiências da população negra e das comunidades quilombolas.

Diante disso, foi realizado o projeto “Eu, você, nossa ancestralidade” com o objetivo de promover o reconhecimento e a valorização da ancestralidade como parte fundamental da identidade individual e coletiva, estimulando o conhecimento da história, cultura e contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros, bem como o desenvolvimento de atitudes de respeito, empatia e orgulho das próprias origens.

Além disso, o projeto justifica-se pela necessidade de promover a autopercepção dos estudantes, considerando que a maioria apresenta dificuldades em reconhecer e identificar sua própria cor/raça. Essa realidade evidencia a importância de desenvolver práticas educativas que favoreçam o reconhecimento identitário e a valorização da ancestralidade, sobretudo diante de um contexto histórico marcado pela invisibilização da população negra (Gomes, 2005).

A valorização da identidade étnico-racial, por sua vez, está intrinsecamente relacionada ao reconhecimento da ancestralidade e dos espaços históricos de resistência da população negra, entre os quais se destacam os quilombos. Nessa perspectiva, a historiografia e as ciências sociais contemporâneas ampliaram a compreensão desses territórios, superando a visão tradicional que os restringia a espaços coloniais de fuga e isolamento.

ISSN: 2358-8829

Diante do desafio de traduzir esses pressupostos teóricos na prática pedagógica dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o presente estudo analisa as vivências do projeto “Eu, você, nossa ancestralidade”. O objetivo central é investigar de que modo a realização de atividades reflexivas e expressivas contribui para a valorização da ancestralidade, a desconstrução de preconceitos e o fortalecimento da identidade étnico-racial dos discentes.

Metodologicamente, a pesquisa classifica-se como um relato de experiência, de natureza descritiva e com abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos abarcaram a observação participante das interações em sala de aula e a análise da produção material dos alunos, cotejadas continuamente com a revisão bibliográfica sobre Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), Educação Escolar Quilombola (EEQ) e teorias sobre identidade e ancestralidade.

Parte-se da compreensão de que práticas pedagógicas que favorecem o protagonismo estudantil, a reflexão sobre ancestralidade e o contato com histórias, memórias e saberes afro-brasileiros podem ampliar as possibilidades de reconhecimento e valorização das diferentes identidades presentes no espaço escolar, contribuindo para o enfrentamento de práticas racistas e para a construção de relações étnico-raciais mais respeitosas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ancestralidade, identidade e pertencimento

A identidade é construída nas relações sociais e históricas, não podendo ser compreendida como característica isolada ou imutável do indivíduo. No ambiente escolar, crianças e adolescentes elaboram percepções sobre quem são também a partir das representações que encontram nos livros, nas imagens, nas falas dos adultos, nas relações entre colegas e nos conhecimentos legitimados pelo currículo.

Quando a escola oferece poucas referências positivas acerca da população negra, cria-se uma lacuna que pode dificultar processos de reconhecimento e pertencimento. Por isso, uma educação comprometida com as relações étnico-raciais precisa considerar a identidade como dimensão educativa. Gomes (2017) destaca a atuação do Movimento Negro como educador, evidenciando que a luta pela educação também envolve a disputa por conhecimentos, representações e reconhecimento da população negra.

Munanga (2003), ao discutir a formação da sociedade brasileira e a mestiçagem, contribui para problematizar concepções que podem obscurecer as diferenças e as desigualdades raciais. Nesse sentido, reconhecer a identidade étnico-racial não significa produzir separações, mas compreender como raça, história, cultura e relações de poder participam da constituição da sociedade e das experiências dos sujeitos.

A ancestralidade, nesse debate, pode ser compreendida como uma relação viva entre passado, presente e futuro. O projeto analisado utiliza como referência simbólica o conceito de Sankofa, apresentado como o movimento de "voltar para buscar" aquilo que foi esquecido. A ideia é coerente com a própria concepção do projeto, segundo a qual conhecer as raízes familiares, culturais e históricas permite ampliar o sentimento de pertencimento e compreender que o passado permanece presente na construção das identidades.

A metáfora da árvore Baobá, retratada no projeto, também integra a proposta. Suas raízes e sua permanência no território são utilizadas como representação da memória, da força e da continuidade. No contexto escolar, a metáfora contribui para uma abordagem acessível às crianças: assim como uma árvore possui raízes que sustentam seu crescimento, as pessoas também possuem histórias, vínculos, memórias e referências que participam de sua formação.

A valorização da ancestralidade também se aproxima da perspectiva de Conceição Evaristo (2014), para quem memória, experiência e narrativa se articulam na produção de sentidos sobre a vida. Ao trazer as histórias familiares para o espaço escolar, o projeto reconhece que os estudantes são portadores de conhecimentos e memórias que podem constituir objetos legítimos de aprendizagem.

Educação das relações étnico-raciais

A implementação da educação das relações étnico-raciais exige que a escola ultrapasse uma abordagem pontual e incorpore a temática ao cotidiano pedagógico. A Lei nº 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo a História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a participação da população negra na formação nacional (BRASIL, 2003).

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem que a educação das relações étnico-raciais deve contribuir para a formação de cidadãos capazes de conviver com a pluralidade e para o reconhecimento e a valorização da identidade, da história e da cultura

afro-brasileira (Brasil, 2004). A perspectiva adotada pelas Diretrizes reforça que o trabalho não deve se restringir aos estudantes negros, mas envolver toda a comunidade escolar.

A BNCC também apresenta como horizonte uma formação humana integral e uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018). Assim, práticas pedagógicas que abordam identidade, diversidade e cultura afro-brasileira podem ser articuladas a diferentes componentes curriculares e experiências formativas.

Nesse sentido, o projeto "Eu, Você, Nossa Ancestralidade" procura materializar esses princípios por meio de ações investigativas e criativas. O documento do projeto estabelece como objetivos o reconhecimento das raízes ancestrais individuais e coletivas, a valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira, o conhecimento de personalidades negras inspiradoras e o desenvolvimento de atitudes de respeito, empatia e valorização das próprias origens.

A proposta também parte da compreensão de que o conhecimento superficial sobre a população negra pode favorecer a permanência de representações restritas ao sofrimento e à escravização. Por isso, ampliar as referências apresentadas aos estudantes é uma estratégia pedagógica importante. A presença de artistas, cientistas, líderes, escritores, esportistas, intelectuais e integrantes de comunidades tradicionais contribui para uma representação mais plural da experiência negra.

Quilombos como espaços de resistência, território e comunidade

A abordagem dos quilombos constitui outro eixo relevante da experiência. Historicamente, a palavra quilombo foi muitas vezes apresentada aos estudantes associada apenas à ideia de fuga de pessoas escravizadas. Embora a resistência à escravização seja elemento fundamental dessa história, limitar os quilombos a essa narrativa reduz sua complexidade.

O projeto propõe justamente ampliar essa compreensão. Entre as ações previstas para as turmas responsáveis pelo eixo "Quilombos — Resistência, Liberdade e Comunidade" estão o estudo dos saberes e costumes de origem quilombola, o reconhecimento dos modos de vida das comunidades quilombolas, o estudo e localização de quilombos históricos, a construção de uma linha do tempo da resistência, a elaboração de maquetes e a pesquisa sobre comunidades quilombolas presentes no território.

Essa abordagem possibilita compreender os quilombos também como espaços de organização social, produção cultural, transmissão de conhecimentos, relações comunitárias e permanência territorial. A discussão permite, portanto, aproximar o estudante de uma compreensão histórica que não reduz a população negra à condição de vítima, mas reconhece sujeitos coletivos que construíram formas de resistência e existência.

Lopes (2004), ao sistematizar conhecimentos sobre a diáspora africana, contribui para a ampliação das referências sobre as experiências africanas e afro-diaspóricas. Essa perspectiva é importante para a escola porque permite estabelecer conexões entre história, cultura, território e formação da sociedade brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mapeamento Étnico-Racial da Turma: Do Diagnóstico Inicial à Reconstrução do Gráfico de Autodeclaração

A primeira etapa estruturante do projeto "Eu, você, nossa ancestralidade" envolveu o mapeamento da percepção e da autodeclaração étnico-racial dos estudantes através da construção de um gráfico estatístico inicial. O objetivo dessa primeira abordagem foi diagnosticar como as crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental percebiam a si mesmas e como se autoclassificavam em relação à sua cor/raça.

Contudo, o resultado desse levantamento diagnóstico inicial revelou um dado marcante: um número expressivo de estudantes com traços fenotípicos negros ou pardos não se autodeclarou como tal, optando por declarar-se como brancos ou recorrendo a categorizações evasivas. Esse comportamento empírico encontra respaldo direto na literatura especializada sobre Educação das Relações Étnico-Raciais. Conforme analisam Gomes (2005) e Munanga (2004), o não-reconhecimento e a negação da identidade negra na infância resultam da reprodução do racismo estrutural e dos estereótipos estigmatizantes historicamente consolidados na sociedade brasileira.

O mito da democracia racial e a imposição de um padrão estético e cultural eurocêntrico geram feridas na autoestima de crianças negras e pardas, fazendo com que o pertencimento racial seja vivenciado, muitas vezes, sob o medo da rejeição, da discriminação e do estigma social.

ISSN: 2358-8829

Diante do diagnóstico inicial e da evidente necessidade de implementar um processo intencional de letramento racial e combate ao embranquecimento simbólico, foi planejada uma sequência de atividades investigativas e reflexivas voltadas para a valorização da autoimagem e da ancestralidade:

1. Pesquisa no Seio Familiar (Autodeclaração dos Pais e Responsáveis): Os estudantes investigaram como seus pais, mães e avós se autodeclaravam. A atividade promoveu o diálogo intergeracional sobre pertencimento racial, cores e origens familiares, trazendo os saberes e vivências do lar para o centro da discussão escolar;
2. Reconhecimento de uma Personalidade Negra da Família: Cada criança foi incentivada a identificar, registrar e apresentar à turma uma figura negra de referência em sua própria família ou comunidade (um avô, uma mãe, um tio ou liderança local), resgatando histórias de vida marcadas pelo afeto, trabalho e resistência;
3. Pesquisa Orientada sobre Descobertas e Contribuições de Pessoas Negras: Foi realizada uma pesquisa guiada na internet para apresentar inventores, cientistas, intelectuais, artistas e lideranças negras brasileiras e internacionais. A atividade evidenciou descobertas e contribuições históricas fundamentais realizadas por pessoas negras, desconstruindo a visão reducionista do livro didático e fortalecendo o orgulho racial.

Após o desenvolvimento dessas práticas reflexivas e da imersão no resgate da memória e da ancestralidade, o gráfico estatístico de autodeclaração étnico-racial da turma foi refeito e reconstruído coletivamente.

O gráfico final registrou uma mudança qualitativa e quantitativa profunda: houve um aumento expressivo e espontâneo na autodeclaração de estudantes como pretos e pardos. A comparação entre o gráfico inicial e o gráfico final demonstrou que, ao terem acesso ao conhecimento histórico, ao fortalecimento das referências familiares e à valorização das contribuições negras, as crianças superaram o receio do estigma, passando a reconhecer e a valorizar com orgulho sua cor, suas raízes e sua origem étnico-racial.

Reconstrução Histórico-Cultural dos Quilombos

Este relato descreve uma atividade desenvolvida em uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública no município de Petrolina-PE, a partir do projeto

"Eu, Você, Nossa Ancestralidade". O projeto foi desenvolvido durante o mês de novembro e teve como proposta trabalhar aspectos relacionados à história, à cultura e à ancestralidade negra, considerando a importância da valorização da história e da cultura afro-brasileira no ambiente escolar, conforme estabelecido pela Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003).

Os temas e as propostas de atividades foram distribuídos entre as turmas, ficando o 4º ano B responsável pela temática dos povos quilombolas. Para trabalhar o tema, foi escolhida a construção de maquetes, permitindo representar diferentes aspectos da vida e da organização dos quilombos. As propostas foram desenvolvidas ao longo do mês e apresentadas à comunidade escolar.

No primeiro momento, o tema foi trabalhado por meio de rodas de conversa, nas quais foram apresentadas informações sobre os povos quilombolas e levantados os conhecimentos que os estudantes já possuíam sobre o assunto. Em seguida, foram apresentados vídeos que trouxeram informações sobre a origem dos quilombos, sua organização e a existência de comunidades quilombolas no Brasil atualmente.

Durante a conversa, os estudantes conheceram os quilombos como espaços de resistência formados por pessoas negras durante o período da escravização. Também foi abordado que as comunidades quilombolas continuam existindo atualmente. Segundo o Censo Demográfico 2022, o Brasil possui 1.330.186 pessoas quilombolas, distribuídas em 1.700 municípios, 24 estados e no Distrito Federal (IBGE, 2025).

Depois, foram apresentadas as histórias de Zumbi dos Palmares e Dandara dos Palmares, e a turma conversou sobre a resistência dos quilombos e a participação das mulheres nesse processo. Posteriormente, foram apresentadas algumas comunidades quilombolas existentes atualmente no Brasil, além de imagens relacionadas às moradias, ao trabalho, à alimentação e a outros aspectos do cotidiano dessas comunidades.

Após apresentar o contexto de vida dos povos quilombolas, foram definidos os subtemas que seriam representados nas maquetes. A escolha buscou apresentar diferentes aspectos relacionados à organização, ao cotidiano, à cultura e à permanência das comunidades quilombolas. Os subtemas foram organizados da seguinte forma:

- "O Refúgio Quilombola" foi escolhido para mostrar que os quilombos eram construídos em locais de difícil acesso, como morros, florestas e regiões próximas a rios.

- “Defesa e Estratégia” buscou representar como os quilombolas se protegiam diante dos ataques e das ameaças às comunidades.
- “A Vida no Quilombo” representou o cotidiano dos quilombolas, representando o trabalho coletivo e a construção das casas.
- “Roda de Capoeira no Quilombo” foi escolhida para representar a capoeira como uma expressão de cultura, resistência e união.
- No tema “O Quilombo Sustentável” os estudantes representaram a relação dos quilombolas com a terra e a importância dos recursos naturais para a sobrevivência das comunidades, representando atividades de cultivo e cuidados com o espaço em que viviam.
- “A Vida no Quilombo Antigo” foi destinada à representação de aspectos relacionados à organização e ao cotidiano dos quilombos antigamente
- “O Quilombo Atual” teve como objetivo mostrar que as comunidades remanescentes de quilombolas continuam existindo e mantêm vivas suas histórias e práticas culturais.

A partir da divisão dos subtemas, os estudantes realizaram pesquisas e confeccionaram as maquetes em casa e na escola. Para a produção dos trabalhos, foram utilizados materiais como isopor, materiais recicláveis, bonecos, tinta guache, palitos de churrasco, papelão, tampas, palitos de picolé, flores artificiais e espuma, entre outros. Após a conclusão das produções, cada grupo elaborou um pequeno resumo sobre o que havia compreendido acerca do tema trabalhado. Os textos foram fixados nas respectivas maquetes e apresentados à comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência apresentado permitiu analisar as contribuições do projeto “Eu, Você, Nossa Ancestralidade: Raízes, História, Cultura e Memória” para a valorização da ancestralidade e da identidade étnico-racial no contexto escolar.

A experiência evidenciou que o trabalho com a identidade pode ser desenvolvido por meio de atividades investigativas, dialogadas e integradas ao currículo. A elaboração de gráficos a partir da identificação étnico-racial dos estudantes favoreceu a visualização da diversidade existente na turma e criou oportunidades para discutir pertencimento, autodeclaração e representatividade.

A experiência mostrou também que a autodeclaração racial precisa ser tratada pela escola com respeito e intencionalidade pedagógica. Mais do que classificar estudantes, é necessário criar condições para que compreendam os significados históricos e sociais relacionados à identidade e tenham acesso a representações positivas da população negra.

As maquetes de quilombos antigos e atuais constituíram outra experiência significativa. A atividade possibilitou deslocar uma compreensão restrita do quilombo como espaço de fuga para uma abordagem que considera resistência, liberdade, território, comunidade, cultura e continuidade histórica. O processo de pesquisa e construção contribuiu para o protagonismo dos estudantes e para a apropriação de conhecimentos por meio da produção material.

O projeto também demonstrou que a ancestralidade pode funcionar como eixo articulador de diferentes aprendizagens. Ao investigar histórias familiares, manifestações culturais, personalidades negras e comunidades quilombolas, os estudantes foram convidados a estabelecer relações entre passado, presente e futuro.

Os resultados discutidos não permitem afirmar que uma única experiência seja capaz de transformar, isoladamente, percepções raciais construídas ao longo da vida. Entretanto, indicam que práticas pedagógicas intencionais podem abrir espaços de diálogo e reconhecimento que são fundamentais para a construção de relações étnico-raciais mais respeitosas.

Conclui-se, portanto, que trabalhar a ancestralidade na escola significa reconhecer que cada estudante chega ao espaço educativo carregando histórias, memórias, referências culturais e diferentes formas de pertencimento. Quando essas histórias encontram lugar no currículo e nas práticas pedagógicas, a escola amplia as possibilidades de aprendizagem e contribui para a valorização da diversidade.

A experiência reforça, ainda, a necessidade de continuidade das ações de educação das relações étnico-raciais. Projetos como o analisado podem constituir pontos de partida para práticas permanentes, articuladas às diferentes áreas do conhecimento e aos demais anos escolares. Novos relatos e investigações podem aprofundar a compreensão sobre os efeitos dessas práticas na autoestima, no sentimento de pertencimento, na percepção dos estudantes sobre racismo e na construção de relações mais igualitárias no ambiente escolar.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e diversidade: saberes escolares e lutas sociais. In: BRASIL. Ministério da Educação**. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília**, DF: SECAD/MEC, 2005. p. 67-82.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O Brasil Quilombola. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/. Acesso em: 3 out. 2026.

LOPES, Nei**. Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento (coord.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 35-49.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, SECAD, 2004.